

## MOVENDO O CENTRO:

### Colonialismo oculto e as contribuições teóricas críticas e pós-coloniais para as Relações Internacionais

Vico Melo<sup>1</sup>

Marcos Costa Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** As teorias das relações internacionais têm mantido o predomínio de concepções baseadas em uma visão de mundo exógeno das problemáticas dos países não-ocidentais. Isso, pois são pensadas, elaboradas e exportadas dentro de um contexto hegemônico – situadas no Norte global. As teorias críticas internacionais e os pós-colonialismos advêm com o intuito de “reconhecer vozes” e emancipar os conhecimentos subalternizados. Portanto, este trabalho, ao apresentar as correntes teóricas *mainstream*, se propõe a expor e analisar as propostas das teorias críticas e pós-coloniais e suas contribuições para as relações internacionais, dando ênfase às produções epistemológicas do Sul, considerando a necessidade em mover o centro para outros pólos de saberes.

**Palavras-Chave:** Teorias Tradicionais. Colonialismo. Pós-Colonialismos.

**Abstract:** There is the preponderance of international relation theories and conceptions based on a worldview that does not includes the non-occidental countries problems. This because they are thought, elaborated and exported within an hegemonic context – placed on the global North. The critical theories and the post-colonialisms arises with the proposal of “recognize voice” and emancipating the subalternized knowledge. Therefore, this paper, presenting the mainstream theories, aims to expose and analyze the proposals of the critic and post-colonial theories and their contribution to international relations, emphasizing the epistemological productions of South, considering the necessity in to move the center to the other poles of knowledge.

**Keywords:** Traditional theories. Colonialism. Post-Colonialisms.

---

<sup>1</sup> Doutorando e bolsista Capes em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal de Pernambuco, no Departamento de Ciência Política, possui graduação em Philosophie Politique - Université Montpellier 2 Sciences et Techniques – França (1978); mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1985) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998).

## Introdução

O estudo e a consolidação das relações internacionais passou a ter grande relevância no início do século XX, com a criação dos primeiros cursos universitários. Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o seu estudo estivera sempre a cargo de historiadores, juristas e diplomatas. Após a Primeira Guerra as potências envolvidas perceberam a necessidade da criação de instituições – de ensino e governamentais – que entendessem a política internacional e os motivos que levam os países à guerra ou a paz.<sup>3</sup>

Partia-se do pressuposto de que as análises permitissem agregar questões para além do Direito Internacional, da História, da Diplomacia e da Economia Internacional, cuja disciplina de Relações Internacionais sempre se encontrou entrelaçada com as Ciências Sociais, recebendo contribuições nas diversas áreas do conhecimento. Apesar de sua variedade disciplinar, acabou tendo como fator analítico predominante os conceitos de grandes poderes, hegemonias e a economia política internacional ocidental.

Esse predomínio na produção teórica pode ser compreendida pela colonialidade do saber/ser/poder<sup>4</sup> na política internacional, estabelecida com a modernidade/colonialidade<sup>5</sup> a partir da expansão europeia dos séculos XV em diante. A ascensão do modelo político, econômico, social, ideológico e cultural eurocêntrico se deu pela estruturação mundial das relações hierárquicas de poder e pelo epistemicídio<sup>6</sup> (Fonseca; Jerrems, 2012). Desse processo despontaram o processo colonial e toda sua violência, tanto física quanto cultural, que acabou por reverberar nas áreas do conhecimento.

A hegemonia desse modelo se faz tão presente hoje nas academias, que o próprio estudo sobre o colonialismo e seus impactos nas relações internacionais ainda são

---

<sup>3</sup> A primeira cátedra universitária dedicada a este campo de estudo foi criada em 1919, na Aberystwyth University, no País de Gales.

<sup>4</sup> O termo se refere as conceituações feitas pelos grupos “modernidade/colonialidade”, descoloniais e autores latino americanos baseada nas lógicas de opressão, repressão e despossessão promovidas pelo capitalismo; patriarcalismo; racismo; e o sistema-mundo moderno. Dessa forma, colonialidade e colonialismo se diferenciam, mesmo que o colonialismo preceda a colonialidade (fundamentado na ideia de superioridade de um povo e/ou nação por outra), a colonialidade sobrevive ao colonialismo em suas diversas formas cotidianas. Para melhor entendimento, ver: Edgard Lander (2005), Quijano (2010).

<sup>5</sup> Aqui há uma junção em modernidade e colonialidade, baseado nas conceituações dos autores descoloniais de que há uma relação direta entre uma e outra, ou seja, a modernidade ocidental teve ao longo de sua constituição a co-presença da colonialidade. Para Mignolo (2011), não há modernidade sem colonialidade. Para maior aprofundamento, ver: Quijano (2010), Santos (2007), Mignolo (2011 e 2003).

<sup>6</sup> O epistemicídio passa pela negação, submissão e genocídio a qualquer outra forma de conhecimento que não a europeia, as quais são consideradas impróprias, irreais e não factíveis. Para melhor entendimento, ver: Meneses e Santos (2010).

invisibilizados pelo que consideramos *colonialidade do saber/poder*. Isto se percebe pela própria localização da produção do conhecimento – no Norte global – e suas “principais” academias universitárias, sendo o primeiro curso de Relações Internacionais criado no Reino Unido, em 1919, na Universidade de Gales (Aberyswyth).

### O hegemonismo das teorias tradicionais

Entre os primeiros teóricos da academia em Relações Internacionais (RI), que teve grande destaque à época da “Grande Guerra”, Norman Angell (1872-1967) foi um defensor da corrente liberal/idealista conhecida, à época, como “pacifista”. Mesmo tendo como característica a oposição à guerra, Angell não fugia de sua condição de ideologia e pensamento ocidental acerca das disputas imperiais antecedentes ao conflito, ao qual afirmava:

Nenhuma nação poderia derivar uma vantagem prática da conquista das colônias britânicas, e de seu lado a Grã-Bretanha não sofreria qualquer prejuízo material se as perdesse, por lamentável que fosse essa perda no aspecto sentimental e por mais que afetasse a cooperação social entre povos afins e as respectivas vantagens. O próprio exemplo da palavra "perda" é enganoso. Com efeito, a Grã-Bretanha não "possui" suas colônias. Na realidade, elas são países independentes, aliados da Mãe Pátria, e para esta não representam uma fonte de tributos ou de ganhos econômicos (exceto na medida em que qualquer nação estrangeira poderia sê-lo), pois as relações econômicas recíprocas não são determinadas pela Mãe Pátria, mas pelas colônias (Angell, 2002, p. 83).

Angell se sustentava na crença do liberalismo econômico fundamentado na concepção de que a competição no mercado, tanto de produtores quanto de consumidores promove uma harmonia entre seus interesses, superando qualquer conflito temporário. Dessa forma os liberais não aceitam a conexão tanto entre eventos políticos como os da guerra e do imperialismo, pois “o comércio e o intercâmbio econômico constituem uma fonte de relações pacíficas entre as nações, porque os benefícios recíprocos<sup>7</sup> (...) tenderão a promover entre elas relações cooperativas.” (Gilpin, 2002, p. 49).

Outro ponto importante é a visão que predominou ao longo da primeira metade do século XX, no qual o colonialismo era visto como um processo civilizador e modernizante aos outros povos considerados atrasados. Assim, a possível perda das colônias pela Inglaterra, como elencado por Angell, traria consequências muito mais negativas aos povos colonizados

<sup>7</sup> Grifo dos autores

que aos colonizadores, pois os primeiros perderiam a cooperação social, enquanto aos últimos tiraria o “fardo civilizatório” de suas “costas”.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2004, p. 07)

Esta violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo, um historicismo que envolve tanto a teoria política liberal como o marxismo.

Foi seguindo essas concepções que as construções teóricas – de primeira e segunda geração<sup>8</sup> – nas relações internacionais se fundamentaram. Ao longo das décadas o liberalismo foi modificando suas esferas de análise, saindo de uma visão essencialmente pacifista para estudos da cooperação entre os Estados, a democracia e o liberalismo, a importância do comércio e a interdependência no contexto internacional.

A Escola Liberal, uma das teorias hegemônicas do pensamento ocidental e receptora direta da tradição iluminista/idealista, tem tido,

um profundo impacto na forma de todas as modernas sociedades industriais. Tem defendido um governo limitado e a racionalidade científica, acreditando que os indivíduos devem ser livres da arbitrariedade do poder estatal, de perseguição e superstição. Tem defendido a liberdade política, a democracia e os direitos constitucionais garantidos, privilegiando a liberdade individual e a igualdade perante a lei. O Liberalismo também defende a competição individual na sociedade civil e afirma que o capitalismo de mercado promove melhor o bem-estar de todos através da atribuição de recursos escassos de modo mais eficiente no seio da sociedade (Burchill, 2008, p. 55).

Como já tratado ao longo do trabalho, o liberalismo tem como agente principal o “homem econômico/racional”, elevado então para o contexto internacional. Nesta perspectiva, possibilita assegurar condições para o progresso contínuo e inevitável das sociedades humanas, além de acreditar que a razão humana leva a formulação de princípios que desembocam na auto-regulação e no equilíbrio – econômico, social e político – da sociedade.

Os liberais acreditam que o compartilhamento de valores e normas existentes entre Estados, induz a construção de organizações – governamentais e não governamentais – internacionais que promovam o equilíbrio do sistema internacional. (Nogueira; Messari, 2005). Equilíbrio baseado em uma auto-regulação e não em imposições regulatórias dos

---

<sup>8</sup> Os debates teóricos das Relações Internacionais estão divididos em três grandes debates interparadigmáticos: o primeiro, entre o idealismo e realismo; o segundo entre os tradicionalistas e *behavioristas*; e, o último e mais atual entre os positivistas e pós-positivistas. Halliday (2007) afirma que este último debate também estaria representado o materialismo histórico do marxismo, também pouco retratado na disciplina de RI.

Estados, pois qualquer forma de intervenção na liberdade individual é vista como transgressora do progresso humano – e, conseqüentemente, do Estado.

Como pilar teórico o liberalismo intenta uma combinação entre a normatividade com uma vocação científica, essa última a partir de comprovações empíricas. Sua vertente mais atual se baseia fortemente nos preceitos da microeconomia – elevada ao nível estatal –, onde os Estados têm uma racionalidade em estabelecer formas mais efetivas e eficientes para atingir seus interesses; assim como a utilização da matemática – processo de transferência dos conceitos das chamadas “ciências duras” para as ciências sociais –, como a teoria dos jogos, na tentativa de entender a ação dos atores no meio internacional. Sua estrutura de análise está voltada e centrada nos países centrais – Europa ocidental e Estados Unidos –, levando-a a incorrer em diversos preconceitos e equívocos, não refletindo diretamente sobre as características e especificidades dos países periféricos, vide suas problemáticas e diferenças sociais, políticas e econômicas.

A segunda grande Escola das Relações Internacionais a surgir no início do século XX e que ganhou força e preponderância após a Segunda Guerra Mundial foi o realismo. A posição preponderante da escola realista, atualmente, dentro da academia é demonstrada nas próprias afirmações, de alguns autores, de que seria “apenas um ligeiro exagero dizer que o estudo das relações internacionais é um debate sobre o realismo” (Wohlforth, 2010, p. 131). Soma-se a isso a sua localização espacial bem definida nos Estados Unidos, advindo do intuito em estudar a política internacional e a ascensão estadunidense como (super)potência mundial, tentando formatar e entender esse novo período na política estadunidense – principalmente da década de 1950 aos dias atuais.

O realismo tem seus fundamentos baseados na análise da realidade vivenciada, negando qualquer conceituação para além dos “fatos reais”, tendo como pilar basilar o positivismo. De acordo com Edward Carr (2001, p. 14), a teoria realista

No campo do pensamento, coloca sua ênfase na aceitação dos fatos e na análise de suas causas e conseqüências. Tende a depreciar o papel do objetivo, e a sustentar, explícita ou implicitamente, que a função do pensamento é estudar a sequência dos eventos que ele não tem o poder de influenciar ou alterar. No campo da ação, o realismo tende a enfatizar o poder irresistível das forças existentes e o caráter inevitável das tendências existentes, e a insistir em que a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, e adaptar-se a elas.

Assim, a Escola Realista das Relações Internacionais é caracterizada por três níveis principais em sua análise. O primeiro incorpora conceitos baseados na visão hobbesiana<sup>9</sup> da natureza humana, pelo desejo perpétuo e inquieto pelo poder, o que tenderia a uma situação de anarquia no estado de natureza – onde o homem é o lobo do homem. O segundo está fundado na análise da natureza do Estado, onde os atores são dotados de uma racionalidade em sua unidade, caracterizado como interesse nacional, e guia supremo em suas ações. E, por último, a natureza do Sistema de Estados, que é essencialmente anárquico por não haver uma entidade reguladora, impõe restrições racionais sobre as ações dos Estados na esfera internacional. A teoria realista transfere, dessa forma, a análise da natureza humana para o nível estatal e internacional (Cox, 1986).

O Estado, para os realistas, é o ator e agente principal nas relações internacionais, tendo duas funções principais: manter a paz internamente e garantir segurança aos seus cidadãos de agressões externas. O receio a agressões externas ocorre pela existência de uma estrutura anárquica irreversível no sistema internacional. Essa anarquia se dá através da busca pelo poder e de objetivos egoístas dos Estados, sustentado na inexistência de um poder central que constranja essas ações belicosas. Nesse sentido, remete-se ao pressuposto hobbesiano, anteriormente tratado, ao nível estatal, em que os Estados vivem numa situação permanente de guerra.

O realismo se tornou a abordagem dominante durante a Guerra Fria, em vista de sua explicação sobre a guerra e o poder, e passou a ser o entendimento segundo o qual os Estados Unidos deveriam ver e compreender o sistema internacional. De acordo com os realistas estruturais – uma das vertentes atuais do realismo clássico –, na visão de Barry Buzan (1996, p. 50)

encontra-se na estrutura anárquica do sistema internacional, o que eles vêem como uma força vital e historicamente duradoura que molda o comportamento e a construção de Estados. Na base destas continuidades, realistas vêem a insegurança, e a insegurança especialmente militar, como o problema central, e o poder como a principal motivação ou força motriz de toda a vida política.

A discussão dos realistas ao longo das décadas encontra-se em harmonia com o senso comum nos países centrais, à época, em vista da disputa entre os blocos capitalista e comunista. Enfatizam, ainda, que no sistema internacional há uma estrutura anárquica

---

<sup>9</sup> A visão hobbesiana se pauta na obra clássica do filósofo político do século XVII, Thomas Hobbes, em “O Leviatã”.

irreversível, onde objetivos egoístas dos Estados e a falta de um poder central levam os mesmos a uma situação permanente de guerra e, consequentemente, de anarquia<sup>10</sup>. Os realistas tendem a não problematizar questões centrais de seu próprio debate, como a própria ideia de Estado. Para esses teóricos o Estado é uno e idêntico desde as cidades-estados da antiguidade clássica às italianas do período medieval até o modelo westfaliano moderno. Em suas análises são desconsideradas a contextualização dos modos de atuação dessas entidades e sua percepção pelas comunidades políticas à época, dando uma falsa ideia de homogeneidade histórico-temporal e político.

Tanto as escolas liberais quanto as realistas – com suas ramificações e diversidades – têm, como particularidades teóricas, a crença no modelo westfaliano visto como preponderante nas relações internacionais – baseado no conceito de um Estado com monopólio da violência, territórios delimitados, soberania, politicamente organizado e responsável pelo controle social. Sua forma de estrutura “nacional” foi exportada para além do contexto Europeu, tendo sido incorporado nas regiões das ex-colônias e responsável pela formação dos Estados-nações modernos.

As duas teorias conceituam sobre a atuação dos atores estatais no âmbito internacional, em uma busca incessante de ganhos – relativos e absolutos – e do egoísmo nas relações entre os Estados. A partir dessa problemática, dos Estados agirem egoisticamente ou as sociedades agirem numa *rationale* econômica que as teorias tradicionais não conseguem “dar conta” total as ações das (semi)periferias, que pressionam por uma ordem mundial econômica, social e política mais justa. Para isso, buscar-se-á ao longo deste trabalho o alargamento de outras fontes teóricas de produção do saber.

## **História das relações internacionais e o colonialismo oculto**

Quando retratamos academicamente ou informalmente o termo história das relações internacionais, vem à mente, em grande parte, a análise da história da Europa como uma história universal enquanto todas as outras culturas como sua periferia (Dussel, 2000). Essa ideia advém da constituição de um projeto do pensamento moderno ocidental em aludir a história global como sendo essencialmente europeia, “berço” do processo modernizador e dos

---

<sup>10</sup> Anarquia no sentido hobbesiano de guerra de todos contra todos.

direitos fundamentais. Todavia, oculta-se na análise histórica a real condição do continente europeu até fins do século XV – uma ilha em relação aos fluxos econômicos, comerciais e de pessoas nos contextos árabes, asiáticos e africanos –, a importância do colonialismo para os poderes centrais e seus impactos nas sociedades oprimidas.

Quando o colonialismo é retratado nas relações internacionais, este acaba por ser remetido às disputas imperiais das grandes potências europeias, em contexto africano e asiático nos séculos XIX e XX. Apesar do tratamento dado a história colonial, percebe-se claramente o ocultamento dos povos e nações do Sul ao longo desse processo, focando-se nas interações e disputas de poderes entre os países centrais, demonstrando a influência das teorias realista e liberal na conformação do pensamento hegemônico da disciplina.

O movimento colonial dos séculos XIX e XX deve ser analisado além da simples retórica dos conflitos de poderes ou as suas dinâmicas na sociedade ocidental. Tem de ser visto, também, sobre a perspectiva dos subalternos, aqueles que “tem voz”, mas que não podem exercê-la devido a numerosos fatores, como a hierarquização, a opressão e a violência.

Não nos furtamos em expor que o colonialismo também é uma expressão e um método de transmissão de relações de poder, através da coerção estatal, da dominação e da dialética entre a inclusão/exclusão<sup>11</sup> do sistema internacional<sup>12</sup>. A ação do colonizador é um conjunto de práticas violentas e intencionais, promovendo a subjugação político-econômica e cultural. Essa prática opressora se baseia na desarticulação das instituições sociais existentes do colonizado, além da prática de inferiorização e desumanização dos mesmos.

Nesse sentido, o processo colonial perpetrado nos séculos XIX e XX, esteve peremptoriamente baseado na expulsão, escravização e tomada de terras dos colonizados, no assassinato e na instituição de hierarquias – além do já conhecido colonizador e colonizado – entre os próprios colonizados. Instituiu-se a diferenciação e classificação entre os civilizados e o “Outro”, onde o Outro é o não-Eu ou o não-humano, a desumanização e animalização dos subalternos (Fanon, 2005; Sartre, 1961 [2005]; Miguel, 2009, Lévi-Strauss, 1973 [1951]).

---

<sup>11</sup> Essa dialética se dá pela esquizofrenia das relações de poder na formação do sistema-mundo moderno ocidental. A inclusão no sistema-mundo moderno das sociedades oprimidas/colonizadas, política e economicamente, se dá através das relações coloniais de produção, “divisão” internacional do trabalho e imposição do “modus operandi” eurocêntrico. Sua exclusão se dá pela hierarquização civilizacional, invisibilização e desumanização do outro como pessoa, retirando-os da dotação de qualquer direito e autodeterminação.

<sup>12</sup> Este trabalho busca uma análise a partir do nível das relações internacionais, sobre a opressão e violência, como exemplo, aplicados por um ente estatal contra diversos povos não-ocidentais, como meio de prover ganhos econômicos, políticos e culturais no sistema internacional. Isso, no entanto, não furta ao pesquisador procurar fontes de outras áreas e autores para além da disciplina, como será desenvolvido ao longo do texto.



O colonialismo não é somente o movimento de ocupação e exploração de uma região por outra, mas um conjunto de práticas e ordenamentos para transformar os povos subalternos em Outro, aqueles que não reconhecemos. Para o colonizador não há nada de errado com a subjugação e a destruição do Outro, pois o próprio Ocidente é visto como berço da civilização, seu defensor e o bem-feitor de seus preceitos. É baseado nisso, que autores como Norman Angell se dirigia às colônias inglesas como perdedoras dessa cooperação civilizacional com a Europa caso viessem a se separar (Angell, 2002).

De acordo com Aimé Césaire (2006, p. 17), “a colonização é o ápice da barbárie em uma civilização, da qual pode chegar a qualquer momento a pura e simples negação da civilização”.<sup>13</sup> Nesse sentido, a situação colonial provocou uma separação entre o “real e o imaginário”, o “legal e o ilegal” e o “verdadeiro e o falso”, na qual a linha divisória se dava entre o ocidente moderno e as sociedades não-ocidentais, provocando uma localização territorial – antes não localizada – de hierarquia e subjugação (Santos, 2010). Nesse sentido Santos (2010, p. 36) afirma que

Na sua constituição moderna, o colonial representa, não o legal ou o ilegal, mas antes o sem lei. (...) O colonial constitui o grau zero a partir do qual são construídas as modernas concepções de conhecimento e direito. As teorias do contrato social dos séculos XVII e XVIII são tão importantes pelo que dizem como pelo que silenciam. O que dizem é que os indivíduos modernos, ou seja, os homens metropolitanos, entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formarem a sociedade civil. O que silenciam é que, desta forma, se cria uma vasta região do mundo em estado de natureza (...) a que são condenados milhões de seres humanos sem quaisquer possibilidades de escaparem por via da criação de uma sociedade civil.

Em vista da exclusão dos povos subjugados ao contrato social e a inexistência de uma “racionalidade crítica” dos mesmos, surgiram intensos debates nos países centrais sobre a necessidade de conduzi-los a afirmação do contrato<sup>14</sup>. A inferiorização seria o correlato nativo da superiorização europeia nas sociedades não-ocidentais (Fanon, 2005).

Soma-se a isso a necessidade de expansão do capitalismo e sua necessidade de matérias primas e mão-de-obra, engendrada pelos estados europeus entre os séculos XV e XX, que emergiu, de acordo com Fred Halliday (2007, p. 75) “da subjugação das sociedades pré-capitalistas”, da qual “nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais por ele geradas e ao sistema mundial”.

<sup>13</sup> Tradução livre do autor. Para uma análise mais detalhada, ver: CÉSAIRE, Aimé. (2006), *Discurso sobre El Colonialismo*. Madrid: Akal.

<sup>14</sup> Entre os principais debates, encontrava-se a Escola de Salamanca - Convocado por Carlos V, em 1550, um tribunal de teólogos e de juristas –, que tinha o dever de produzir uma nova classificação para estes povos. Duas figuras importantes deste debate surgiram na Espanha: Bartolomé de las Casas e Jean Gines de Sepúlveda.

Dessa forma, não se pode furtar de analisar o processo de imposição capitalista junto com o próprio colonialismo, pois seus mecanismos e pressupostos se constroem conjuntamente. Acerca da expansão colonial europeia e do capitalismo europeu, Quijano (2010, p. 86) afirma que havia a crença que:

a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

A colonização foi a necessidade da civilização ocidental em certo momento de sua história – concatenado entre movimentos endógenos e exógenos –, de estender as suas economias, seus valores, normas e culturas a um patamar em escala mundial. Para o funcionamento do sistema colonial, haveria a necessidade de manter a periferia em um nível de opressão e medo a partir de mecanismos como a violência e a apropriação (Quijano, 2010; Santos, 2010).

A violência e a apropriação tomam diferentes características no colonialismo, sendo a primeira envolta nas figuras de cooptação e de assimilação e a segunda na destruição material, física, humana e cultural.<sup>15</sup> De acordo com Santos (2010, p. 38), em relação aos dois níveis da ação,

a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial.

É nessa perspectiva que o sistema internacional contemporâneo emergiu em um contexto de disseminação global do capitalismo e da subjugação das sociedades periféricas e não-capitalistas. É indissociável das relações internacionais, principalmente àquelas relacionadas à periferia, não levar em conta ou em referência o colonialismo e as formações

---

<sup>15</sup> Sartre (1961) afirmava que o objetivo da violência colonial era a de controlar os colonizados através da “desumanização” e “animalização”. Em suas palavras sobre o processo: “Nada será poupado para liquidar suas tradições, para substituir sua cultura sem dar-lhes a nossa; nós os transformaremos em brutos pela fadiga. Desnutridos, doentes, se resistirem ainda, o medo terminará o trabalho: apontam-se fuzis para o camponês; vêm civis que se instalam na sua terra e o obrigam com o chicote a cultivá-la para eles. Se ele resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se ele cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fissurar o seu caráter, desintegrar a sua pessoa”. Prefácio de Jean-Paul Sartre (1961), em: FANON, Frantz. (2005), *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

sociais, políticas, econômicas ou culturais por ele geradas nas nações colonizadas e no sistema internacional.

A partir de meados do século XX, surgiriam com grande impacto os processos emancipatórios na Ásia e África, respectivamente. Esses movimentos acabaram por provocar rupturas no processo homogeneizador do sistema colonial, além de ascender e instigar formas de produção do conhecimento autônomas – baseados em seus próprios contextos – que busquem responder suas próprias realidades e especificidades, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional<sup>16</sup>.

É dessa forma que a história, as ideias, a cultura e o conhecimento desses povos e nações não podem ser compreendidos seriamente sem uma análise dos mecanismos de poder e de apropriação impostas pelo colonialismo. Portanto, a relação histórica entre o Ocidente e os povos não ocidentais foi calcada em dominação, hegemonia, hierarquização e violência – tanto epistemológica quanto física. De acordo com Said (2007, p. 34) “o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus”.

### **Para além das teorias de resolução de problemas das Relações Internacionais**

Dada a incapacidade de resposta das teorias de resolução de problemas (*problem-solving*) ou positivistas, as teorias críticas internacionais – o materialismo histórico, a Escola de Frankfurt, as teorias da dependência, o pós-modernismo e os feminismos – surgem como contraposição aos preceitos dominantes no campo das relações políticas internacionais. As teorias tradicionais se baseiam em uma metodologia estritamente positivista e numa tendência a legitimação das estruturas sociais e políticas prevalentes. Para os teóricos críticos é impossível separar a consciência humana do mundo existente, o conhecimento objetivo dos valores e das realidades sociais, assim como as interações desiguais existentes, sua reprodução e construção histórica na sociedade.

Uma das correntes teóricas de grande importância nas relações internacionais, mas que não tem seu lugar de destaque nas teorias de relações internacionais é o marxismo. A

---

<sup>16</sup> No caso brasileiro são marcantes as obras que tentam explicar o Brasil, descobrir a sua originalidade e apontar novos caminhos e interpretações, mesmo que com base em teorias ocidentais, a exemplo de Caio Prado Júnior; Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, nos anos 1930.

construção da crítica marxista, em especial, ao modo de produção capitalista, pode ser percebida em três momentos especiais:

primeira, a constituição do materialismo histórico nos finais do século XIX, como um produto da hibridação marxo-positivista, no tardio Engels e nos teóricos da Socialdemocracia europeia, especialmente alemã (...). Segunda, a canonização da versão chamada marxismo-leninismo, imposta pelo despotismo burocrático estabelecido sob o estalinismo a partir de meados dos anos 20. Finalmente, a nova hibridação desse materialismo histórico com o estruturalismo, especialmente francês, depois da Segunda Guerra Mundial (Quijano, 2010, p. 101).

O marxismo teve como característica principal expor críticas ao sistema existente e sua promoção das desigualdades, tanto em âmbito doméstico como exterior, assim como contribuiu para inserção da teoria crítica da Escola de Frankfurt, teoria da dependência e do sistema mundo<sup>17</sup>. Fred Halliday (2007, p. 64-65) afirmou que o marxismo é

“utópico” ao postular uma forma alternativa de ordenar a política e ao introduzir preocupações éticas no conjunto da análise e é “realista” em sua ênfase sobre os interesses materiais por trás da ação humana, sobre a hipocrisia, a falsidade e o cinismo da vida política.

Essa escola teórica tem como fundamento o materialismo histórico, como importante fator de análise dos eventos políticos, econômicos e sociais. O materialismo histórico pode ser entendido em quatro pontos principais: o primeiro, a partir dos conceitos gerais dos modos de produção e o da formação social, analisado a partir da atividade humana – ou seja, as relações humanas são mais importantes, para o marxismo, que as relações entre os Estados; o segundo, que está diretamente ligado ao primeiro, é que a origem e o lugar das sociedades são centrais, devendo compreender os seus contextos; a terceira, e mais conhecida, a da centralidade das classes nas relações domésticas e internacional; por último, estaria a questão do conflito e o da revolução (Halliday, 2007).

O marxismo também teorizou sobre a questão das rivalidades interestatais no sistema internacional, a partir do conceito de imperialismo no início do século XX. Esse tipo de abordagem deu uma nova forma de análise às relações internacionais, enfatizando o papel das relações econômicas na formação de hierarquias e de hegemonias no sistema. A hegemonia na ordem global – conceito trabalhado por Antonio Gramsci<sup>18</sup> – se baseia em um consenso na formação e regulação de uma estrutura econômica, social e política, tendo de ser aceitas ao mesmo tempo (Cox, 2007; Halliday, 2007).

---

<sup>17</sup> Essas escolas teóricas serão mais bem desenvolvidas ao longo do projeto.

<sup>18</sup> O conceito de hegemonia para Gramsci foi trabalhado de modo comparativo e analítico abordando a formação do Estado fascista italiano – sob jugo de Mussolini (1922-1944) – com os países avançados da Europa, a partir da ideia das classes que se encontram no poder. Hegemonia ocorreria, como a exemplo da burguesia nos países “avançados” da Europa, a partir do consenso de seus ideias para as classes submissas na sociedade. Enquanto há consenso, há hegemonia. Em vista dessa abordagem teórica que os teóricos das relações internacionais a utilizam para compreender os períodos históricos e atual no sistema internacional. Para maior aprofundamento, ver: Stephen Gill (2007) e Halliday (2007).

A conformação de uma hegemonia mundial se corporifica com a implementação de Organizações Internacionais (OI), com regras específicas que legitimam as normas e ideologias existentes, reproduz o ordenamento internacional desigual, coopta as elites dos países periféricos e absorve as ideias contra hegemônicas (Cox, 2007). Essas ações ocorrem quando uma hegemonia nacional consegue transbordar seus ideais políticos, econômicos, culturais e sociais para o exterior, tornando-se modelos para os demais (Cox, 2007). Para além, o marxismo gramsciano contribuiu com a abordagem emancipatória, da qual a ação humana e a dimensão da política são pontos cardeais em seu pensamento.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt teve em sua base formativa grande aporte do materialismo histórico, que ao longo do século XX se distinguiu em três grandes vertentes. A primeira se preocupou em definir-se como teoria de oposição a outras teorias filosóficas e sociais centrais nas academias. A segunda buscou articular uma visão mais “estética” à teoria crítica, enquanto a última vem atuando a partir da concepção da ação comunicativa. Tiveram como grandes articuladores nos dois primeiros momentos da Escola, autores como Horkheimer, Marcuse e Adorno (Rush, 2008)<sup>19</sup>. Na atualidade, um pensador que se inscreve na tradição dos frankfurtianos é Axel Honneth (2009, p. 297), e que elabora um conceito de “comunidade pós-tradicional”, baseado em relações sociais como relações de solidariedade, muito mais que respeito e tolerância, o entender que “minhas metas de vida são facilitadas ou enriquecidas pelas capacidades de outros”.

As relações internacionais são, para a teoria crítica internacional, condicionados pela influência social, política e ideológica. A intenção da teoria crítica internacional – com base na Escola de Frankfurt de primeira geração – é analisar os efeitos dessas condicionantes, fornecendo os mecanismos de imposição das desigualdades, além de buscar a transformação da ordem internacional como a conhecemos. De acordo com Devetak (apud Escobar, 2010), objetiva analisar o

potencial para transformações estruturais na ordem mundial e examinar as forças emancipatórias "contra-hegemônicas". Forças contra-hegemônicas podem ser estados, como uma coalizão de estados 'Terceiro Mundo', que se esforça para desfazer o domínio dos países "centrais", ou a "aliança contra-hegemônica de forças em escala mundial"

Os alicerces da teoria crítica podem ser, portanto, relacionados em quatro princípios básicos: “a relação entre o sujeito cognitivo e o seu objeto de estudo; a influência de interesses e valores sobre a teoria; a mutabilidade da realidade social; e os modos de teoria que surgem” (Silva, 2005, p. 256). Dessa forma, a teoria crítica é essencialmente normativa, diferenciando-se sobremaneira das teorias tradicionais que se auto-intitulam neutras e se preocupam com a regularidade e a descoberta de fatos preexistentes (Silva, 2005).

Os pressupostos da teoria crítica focam na crítica ao conhecimento dominante e na promoção da reflexividade teórica, assim como as possibilidades de emancipação na

<sup>19</sup> Para maior aprofundamento acerca da temática, ver: Adorno e Horkheimer (1985), Marcuse (2007), Horkheimer (2003) e Habermas (2012).

modernidade global, ou seja, “é uma forma de instigar a mudança social, fornecendo um conhecimento das forças da desigualdade social que pode, por sua vez, orientar a ação política que visa a emancipação” (Rush, 2008, p. 35).

Uma obra que vem ganhando destaque na teoria crítica é aquela elaborada por Andrew Linklater. Sua pesquisa mais recente, um *work in progress*, investiga o problema relacionado ao “dano” na *world politics*, ou seja, os problemas que surgem quando as sociedades adquirem a capacidade de praticar o “dano” e enfrentam o desafio de controlar esta capacidade destrutiva de infligir a violência, seja ela voluntária ou involuntária. O conceito tem densidade, sobretudo quando vivemos numa comunidade internacional aceleradamente globalizada e onde os estados nacionais passam a operar cada vez mais descolado dos desígnios dos comuns, remetendo a formas sofisticadas de “retórica democrática”

Para a análise fortemente original da *questão do dano*, que envolve a literatura sobre moral e filosofia ética, Linklater aciona três vertentes teóricas principais, que podem ser expressas num triângulo – Marx, Kant e Habermas – nesta sequência, e que mais recentemente vem a transforma-se num quadrado, cujo quarto vértice está no aprofundamento da obra de Norberto Elias<sup>1</sup> e seu conceito de *processo civilizatório*. Com esta matriz, vai questionar os conceitos, as variedades e o *princípio do dano*<sup>20</sup>.

Entre as novas abordagens, o feminismo é outro segmento que não encontra reverberação nas relações internacionais, devido ao seu próprio caráter de crítica ao atual debate teórico. Sua importância tem ascendido ao longo dos últimos trinta anos. Teve, em um primeiro momento, maior destaque nas ciências sociais, mas, até meados da década de 1980, esteve ausente nas relações internacionais. Entre os problemas apresentados pelos debates feministas, dentro da academia de Relações Internacionais, estão a tentativa em superar a invisibilidade imposta às questões de gênero nos estudos teóricos e a prática ao nível internacional, assim como em se afirmar como objeto de estudo relevante à disciplina.

Essa separação existiu – e ainda continua bastante presente – pela pressuposição de que as relações de gênero estão separadas da esfera das relações internacionais, ou seja, os processos históricos e atuais a níveis globais são neutros em relação a gênero, não tendo nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade. (Halliday, 2007). Isso pode ser explicado pela importância que a própria disciplina de RI dá a *high politics* e as

---

<sup>20</sup> Costa Lima, Marcos (2013), “Andrew Linklater: a teoria do “Dano”, a cidadania cosmopolita e a contribuição da teoria crítica para as relações internacionais”. In: Marcos Costa Lima; Rafael Duarte Villa; Marcelo de Almeida Medeiros et al (Orgs.): *Teóricos das relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec, pp: 379-411.

questões de política estatal, fundamentadas no positivismo, dos quais as entidades de ação internacional são livres de questões ideológicas ou ideacionais, retratando uma estrutura imparcial e neutra.

O crescimento da corrente feminista nas ciências sociais produziu contribuições para a teoria das relações internacionais baseadas na crítica ao poder e sua representação em termo de gênero. Fazem ainda parte das contribuições feministas, questões de segurança, direitos humanos e autoridade, sempre questionando a invisibilidade do gênero nesses debates. Tem-se maior destaque e maior reverberação no meio internacional as discussões sobre direitos humanos, a atuação dos Estados e atores não estatais na promoção e defesa dos direitos as mulheres, e a mulher como sujeito silenciado nas relações internacionais.

Entretanto, dentro dos estudos feministas, o “grupo feminismo” das relações internacionais é constituído por uma heterogeneidade de visões de mundo. A corrente de gênero é composta e classificada entre diversas particularidades, como: “feminismo liberal; feminismo crítico; construtivismo feminista; pós-estruturalismo feminista; e feminismo pós-colonial” (Tickner; Sjoberg, 2007). A partir de toda sua diversidade teórica, o feminismo conseguiu trazer contribuições ímpares ao debate teórico, indo das questões político-econômicas ao da segurança internacional, fundamentadas no sujeito oculto.

Os pressupostos teóricos tratados neste tópico visaram demonstrar que existem outras teorias para além do debate dominante acerca das relações internacionais. Elas se pautam na perspectiva de que os paradigmas em RI são muito mais heterogêneos do que as teorias tradicionais afirmam, além de propor temas de extrema importância e atualidade que continuam ocultos, como as questões das críticas epistemológicas, do sujeito como agente ativo e do gênero como ator presente na política internacional.

### **Das contribuições teóricas dependentistas às pós-coloniais do Sul**

À época dos grandes debates acerca das teorias tradicionais, tidas como universais, versus as teorias críticas, a periferia do sistema internacional também produziu conceituações e práticas de ação como contrapartida às imposições do centro. Entre essas produções, podemos destacar duas principais que surgiram no contexto latino americano: em um primeiro momento, a escola cepalina e da teoria da dependência. A primeira visava denunciar as trocas desiguais no mercado internacional e propor modelos de desenvolvimento para diminuir essa

tendência, levando em conta as realidades existentes em cada sociedade. Mesmo após um processo de elevada industrialização de alguns países da região latina, os cientistas sociais da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) produziram críticas e autocríticas aos limites de um desenvolvimento realmente autônomo e nacional (Dos Santos, 2000; Rodriguez; Octávio, 2006).

Já a segunda, a teoria da dependência, teve maior importância para as ciências sociais, porque menos economicista, tratou dos contributos às teorias críticas, fundamentada na denúncia das desigualdades nas relações internacionais, caracterizada por uma clivagem entre centro e periferia<sup>21</sup>, mesmo após as independências políticas alcançadas em princípios do século XIX pelos países latinoamericanos. Essa dependência econômica e política na ordem mundial dada pela imposição de uma estrutura de subordinação, onde os países centrais restringiam, ou mesmo não permitiam a ascensão dos países periféricos<sup>22</sup>.

Formavam-se no contexto latino americano, e também africano e asiático, grupos de pensadores que contestavam o receituário do pensamento político e econômico vigentes nas ciências sociais, e, porque não, nas relações internacionais. Autores, como Raul Prebisch, Celso Furtado, Kwane Nkrumah e Walter Rodney, no primeiro momento do pensamento crítico nas periferias e, num segundo momento, autores como Theotônio dos Santos, Gunder Frank, Samir Amin e Mauro Marini – preservando sempre suas peculiaridades e especificidades – analisaram o processo desigual das relações entre as nações, o desenvolvimento capitalista que gerava em seu bojo o subdesenvolvimento e o movimento neocolonial de *apoderamento* – econômico, social, político e cultural – pelas antigas e grandes potências às recém-nações independentes. Essa “onda” crítica conectava-se numa nova perspectiva de descentrar a produção do conhecimento, assim como expor as críticas aos processos de hierarquização da ordem mundial.

Para tentar analisar os diferentes processos de acumulação, produção e crescimento entre Norte/Sul, partiam das diferentes realidades sociais, econômicas e culturais. Baseados nisso, perceberam a importância em resgatar a história da colonização como um dos fatores de

---

<sup>21</sup> Ao longo do percurso da teoria da dependência, foi acrescentada às suas bases analíticas a conceituação de “semiperiferia”, ou seja, países que apresentaram certo grau de industrialização e desenvolvimento econômico, com maior margem de manobra no meio internacional. Todavia, esses países não perderiam os grilhões que caracterizariam a dependência econômica.

<sup>22</sup> A exemplo dos países da América Latina que obtiveram elevadas taxas de crescimento em meados do século XX, mas que não se reverteu em desenvolvimento econômico e social, nem com a quebra da dependência externa – muito pelo contrário, acabou por aumentar a dependência externa, vivenciadas ao longo das décadas de 1980 e 1990.



promoção da desigualdade das sociedades, tidas como “subdesenvolvidas”. Nesse sentido Gunder Frank ressaltou a importância de que

Nós não podemos formular adequadamente uma teoria e uma política para a maioria da população mundial que sofre de subdesenvolvimento sem primeiro aprender como seu passado econômico e sua história social deram lugar ao subdesenvolvimento presente. (Franck, 1996, p. 1149).

A teoria da dependência teve grande importância no desenvolvimento dos pós-colonialismos, em vista de sua preocupação em resgatar a história, sua contextualização e por trazer a luz do debate a colonização e as problemáticas por elas infringidas nas antigas colônias. Todavia, soma-se uma necessidade e um desafio, quais sejam, de romper com a monocultura dominante nas relações internacionais, a partir de uma “negociação, absorção e diálogo” entre diferentes saberes e conhecimentos – dentro e fora da disciplina –, no intuito de criar possibilidades além do monopólio do saber (Meneses, 2009, p. 230).

É necessário trazer ao debate projetos *descoloniais*, primeiro como necessidade de descolonizar termos capturados pelo pensamento ocidental e, logo após, divulgar e propor diferentes tipos de práticas e disciplinas possíveis. Resumindo, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 246), tem-se que

Começar por um procedimento que designo por *sociologia das ausências*. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças.

Nessa perspectiva há que se mover o estudo para além da forma predominante de análise do capital na economia; do Estado nas relações internacionais; do colonialismo na História etc, sendo estes conceitos construções históricas da modernidade europeia e não global (Chakrabarty, 2008; Escobar, 2010). O próprio historicismo e suas particularidades encontram-se “contaminados” com a unicidade do pensamento hegemônico moderno, ao qual “o vendedor de rua no Rio, o mineiro sul africano, a família Landak no Himalaia e os Kikuyu tornam-se um e iguais: pobres e subdesenvolvidos” (Abrahamsen, 2000, p. 18)<sup>23</sup>. Neutraliza-se e cancela as diferentes contingências entre as sociedades com intuito de homogeneizar a pluralidade e impor os preceitos dominantes.

<sup>23</sup> Traduzido a partir do fragmento: “the street vendor in Rio, the South African miner, the Landak family in the Himalayas, and the Kikuyu in Kenya become one and the same: poor and underdeveloped”.

Outro ponto a ser posto em efetividade é a “sociologia das emergências”, com intuito de expor a falha da crença do tempo linear da ciência moderna e do futuro – como um mar de possibilidades ou de incertezas. Segundo Santos (2002, p. 254),

a sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro (...) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado.

É nesse sentido que os pós-colonialismos vêm obtendo maior profusão teórica e acadêmica por estar marcado, em certas perspectivas, de contribuições do marxismo e do pós-estruturalismo em sua história intelectual. Além disso,

As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das "minorias" dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma "normalidade" hegemônica ao desenvolvimento irregular e as histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das "racionalizações" da modernidade. (Bhabha, 1998, p. 239).

É dessa forma que os pensamentos pós-coloniais buscam promover autoquestionamentos e possibilidades na criação de contextos favoráveis àquelas sociedades marginalizadas, baseados na construção e produção de saberes não abissais<sup>24</sup> que respondam aos problemas intrínsecos das realidades sociais, culturais e econômicas. O pensamento pós-colonial exige uma crítica de várias perspectivas sobre a hegemonia do conhecimento, afirmado anteriormente, como aqueles baseados na ideia do capital, desenvolvimento, modernidade e de política internacional.

As teorias pós-coloniais também estão intrinsecamente ligadas às relações internacionais, tendo como escopo a percepção da grande relevância da periferia na produção de conhecimento<sup>25</sup>, no estudo de autonomias regionais e na análise de política internacional, mas não exclusivamente. Assim o antropólogo Viveiros de Castro, que estuda o multiculturalismo nas Américas, nos diz que é necessário por em xeque a supremacia do pensamento ocidental-moderno fazendo-o experimentar outras ontologias, outras

---

<sup>24</sup> De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2010) “A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética”. Saberes não abissais se refeririam, particularmente ao oposto disto, pela não invisibilização, opressão ou eliminação de outras formas de saberes produzidos.

<sup>25</sup> Viveiros de Castro, Eduardo (2004), “Perspectivismo e multiculturalismo na América”. O que nos faz pensar, nº 18, set, p.225:254.

epistemologias e também outras tecnologias. A dura tarefa a que se propôs o estudioso das culturas indígenas na América latina, em sua elaboração teórica sobre o “perspectivismo ameríndio”, é aquele de revelar a complexidade e riqueza desses povos indígenas, com preocupação central de “conceber todo nativo em sua capacidade de fabricar teorias sobre si e sobre outrem”. O conceito de que caracterizaria o jeito indígena de conceber a realidade, visa nos abrir os olhos para outro modo de perceber o real, uma perspectiva nas antípodas do cartesianismo/positivismo tão típico do nosso Ocidente.

A variedade teórica advinda do “Sul” mostra-se deveras relevante e efetiva, cujo conhecimento não se resume a uma verdade única e excludente, mas sim a uma gama de contribuições para o entendimento dos grupos sociais, Estados e da política internacional. É nesse sentido que Cox (2002, p. 94) nos informa que

O movimento pressupõe a redescoberta da solidariedade social e da confiança em um potencial para a criatividade coletiva sustentada, inspirada por um compromisso de equidade social, de reconhecimento recíproco das diferenças culturais e civilizatórias, de sobrevivência biosférica e métodos não violentos de lidar com o conflito. O desafio supremo é o de construir uma formação hegemônica capaz de incorporar esses princípios; e essa tarefa implica, como primeiro passo, o trabalhar numa ontologia cujo foco atente para os elementos chave nessa luta.

Entre as grandes contribuições advindas “do Sul”, encontra-se o grupo *Subaltern Studies*, iniciado em meados dos anos 1980 por diversos intelectuais indianos. Este grupo visa a discussão de temas renegados no debate acadêmico, dirigido ao contexto sul-asiático, como questões de raça, classe, casta, gênero, entre outros temas (Gandhi, 1998). De acordo com Chakrabarty (2000, p. 467) o *Subaltern Studies* “tem participado das críticas contemporâneas da história e do nacionalismo, e do orientalismo e eurocentrismo, na construção do conhecimento da ciência social”.

### **A título de conclusão: movendo o centro através das epistemologias do Sul.**

Tentamos aqui evidenciar os embates e as superações que vêm sendo travadas no âmbito das teorias das relações internacionais. Foi evidenciado aqui pelas contribuições pós-coloniais oriundas da África, da Ásia e da América Latina, que o entendimento ocidental, sobremaneira o lastreado no positivismo e numa pretensa ciência puramente racional e axiologicamente neutra e com pretensões de universalidade, não consegue responder a

realidade regional e local da periferia, ficando muito aquém da necessidade de um pensamento independente. A visão de um Estado Westfaliano, assim como a racionalidade econômica do mercado são exemplos que não encontram bases em diversas nações, por exemplo, em África e, de acordo com Karen Smith, o pensamento pós-colonial pode influenciar a partir da confrontação da posição hegemônica do ideário estadocêntrico, através de uma conceptualização menos submissa e mais inclusiva (Smith, 2008: 12). A autora sul-africana se questiona sobre qual seria a contribuição possível dos povos e nações periféricas, nos debates acadêmicos e teóricos da disciplina? Fica aqui a questão.

O realismo e o liberalismo veem o Estado como um agente promotor de um interesse nacional/racional, domesticamente, como uma entidade homogênea. É a partir dos estudos pós-coloniais e de uma compreensão mais rigorosa da complexidade em se trabalhar o conceito de Estado e aquele relativo ao “internacional” nas relações internacionais, que esse nosso trabalho busca expor suas problemáticas. A formatação dos Estados e suas esferas administrativas são constituídas por uma heterogeneidade de atores, de sujeitos, sejam os que estão enraizados nos movimentos sociais até aqueles constituídos como grande capital. Tudo isso num dado momento histórico de crise, onde a concentração de riqueza e de poder das grandes potências, mesmo fragilizadas, é ampliada<sup>26</sup>, haja vista os movimentos e mobilizações sociais em todos os grandes centros mundiais, periféricos ou não, que reivindicam redução das desigualdades de renda, emprego e políticas sociais inclusivas.

Não há como tratarmos as relações internacionais como sendo formada por entidades homogêneas (Estado) e estas constituídas domesticamente por um único interesse – o discurso do “interesse nacional”?<sup>27</sup> Isso ocorre principalmente por influências, interações e choques de perspectivas, sejam elas infraestatais ou supraestatais, que acabam por operar, dentro da própria burocracia estatal, com certa autonomia no nível doméstico – assim como ao nível internacional (Santos, 2006b). Para isso, há que ter em conta a necessidade de inclusão sobre a diversidade de atores e agentes nos níveis domésticos e internacional, dentre os quais os não

<sup>26</sup> Stiglitz, Joseph E (2013), *The price of inequality*. New York: W.W.Norton & Company

<sup>27</sup> Como exemplo, podemos constatar a completa divergência entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário no Brasil, do qual o primeiro serve aos interesses do agronegócio – com base na exploração, concentração de terras e exportação da produção –, enquanto o segundo está baseado na distribuição de renda e verbas para a pequena propriedade, de base familiar, produção interna nacional e subsistência familiar – soma-se ainda a exigência de reforma agrária deste órgão ministerial. Outro ponto que possa demonstrar a heterogeneidade de atores e das influências no aparato estatal está em sociedades pós-coloniais onde há instâncias comunitárias com autonomia de decisões jurídicas, políticas e econômicas em relação ao poder central ou até mesmo as novas constituições aprovadas em Bolívia e Equador, que trazem na constituição o reconhecimento e a valorização da heterogeneidade através do Estado plurinacional.

estatais, os subestatais, os paraestatais, os infraestatais, entre outros, como alternativas de análise para além da homogeneidade teórica dominante.

Para isso há que alargar o entendimento da unidade/homogeneidade para uma compreensão mais heterogênea na análise teórica e prática, tanto no que tange ao debate preponderante das relações internacionais sobre Estado (heterogêneo) quanto em consideração a ideia de tempo na história. O tempo vai para além do pensamento dominante de linearidade, ideologizado pelo capitalismo e pela modernidade ocidental como um “espaço tempo homogêneo e vazio” (Chatterjee, 2008). De acordo com Chatterjee (2008, p. 62) esse pensamento “linearmente conecta o passado, o presente e o futuro e se converte em condição de possibilidade para as imaginações historicistas da identidade, da nacionalidade, do progresso, etc. (...)”.

Entretanto, esse tempo homogêneo e vazio que a modernidade ocidental imagina das sociedades ao redor do globo – como tendo uma história contínua e progressiva – não é real, pois “o tempo é heterogêneo, dispersamente denso” (Chatterjee, 2008, p. 62). Assim como a própria concepção de modernidade é modificada, adaptada e cooptada nos diferentes contextos.

É em vista da diversidade epistemológica, social, política, econômica e cultural nas relações internacionais, introdutoriamente demonstrado neste trabalho, que há uma necessidade em alargar e descentrar o pensamento e o conhecimento teórico das Ciências Sociais – e aqui focando-se nas Relações Internacionais – resgatando os estudos críticos e pós-coloniais. Faz-se necessário compreender quais os impactos produzidos pelo colonialismo e pela modernidade ocidental nas sociedades colonizadas, assim como “aprender” que há um Sul global ativo e que produz conhecimento. A função dos estudos pós-descoloniais não é só “recentrar”, mas mover o centro para vários centros ao redor do globo, que não caracterizem na hierarquização e imposição de pensamento, mas em um diálogo horizontal.

## Referências

- ABRAHAMSEN, Abrahamsen. (2000), *Disciplining Democracy: Development Discourse and Good Governance in Africa*. London: Zed Books.
- ADORNO, Theodore; HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- BHABHA, Homi. (1998), *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BURCHILL, Scott; Et al. (2008), *Theories of International Relations*. Victoria, Australia: Deakin University.

CARR, Edward Hallett. (2001). *Vinte Anos de Crise: 1919–1939*. Brasília: Editora. Universidade de Brasília.

CERVO, Amado Luiz. (2007), *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.

CÉSAIRE, Aimé. (2006), *Discurso sobre El Colonialismo*. Madrid: Akal.

CHATTERJEE, Partha. (2008), *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

COSTA LIMA, Marcos. (2010), “Robert W. Cox e a Teoria Crítica nas Relações Internacionais”. In: MEDEIROS, Marcelo de Almeida... [et al]. *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: HUCITEC.

COSTA LIMA, Marcos (2013), “Andrew Linklater: a teoria do “Dano”, a cidadania cosmopolita e a contribuição da teoria crítica para as relações internacionais”. In: Marcos Costa Lima; Rafael Duarte Villa; Marcelo de Almeida Medeiros e Rossana Rocha reis (Orgs.): *Teóricos das relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec Ed., p. 379:411.

COX, Robert. (2002), *The Political Economy of a Plural World: Critical reflections on power, morals and civilization*. London and New York: Routledge.

DUNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. (2007), *International Relations: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press.

ESCOBAR, Arturo. (2004), “Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and anti-globalization social movements”. *Third World Quarterly*, 25(01): 207-230.

\_\_\_\_\_. (2010), “Latin America at a Crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development?” *Cultural Studies*, 24(01): 01-65.

FANON, Frantz. (2005), *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

FANON, Frantz. (2008), *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA.

FONSECA, Melody; JERREMS, Ari. (2012), “Pensamiento Decolonial: ¿Una ‘Nueva’ Apuesta en las Relaciones Internacionales?” *Relaciones Internacionales*, 2(19): 103-120.

GANDHI, Leela. (1998), *Postcolonial Theory: A critical introduction*. Sydney: ALLEN&UNWIN.

GILPIN, Robert. (2002), *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora UnB.

HALLIDAY, Fred. (2007), *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS.

HONNETH, Axel. (2009), “Comunidades postradicionales. Uma propuesta conceptual”. In: *Crítica Del Agravio moral. Patologias de La sociedade contemporânea*. Bueno Aires: Fondo de Cultura, pp: 67-81.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. (1987), “The Dominance of American Approaches in International Relations”. *Journal of International Studies*, 16(02): 28-38.

Lévi-Strauss, Claude. (1973), *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida... [et al]. (2010), *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: HUCITEC.

MIGNOLO, Walter D. (2000), *Local Histories, Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton Univ. Press.

MIGUEL, Vinicius Valentim Raduan (2009), “*Orientalismo e o Direito Internacional. Relações internacionais, eurocentrismo, colonialismo e a imagem do árabe-palestino durante o conflito em Gaza (2008-2009)*”. Disponível em:

<http://jus.com.br/revista/texto/17938/orientalismo-e-o-direito-internacional/1>. Acesso em: 10/02/2012.

NOGUEIRA, João Pontes; Messari, N. (2005), *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier.

QUIJANO, Anibal (2010), “Colonialidade do poder e classificação social,” in Santos, B. S.; Meneses, M. P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

RODÍGUEZ, Octávio. (2006), *El estructuralismo latinoamericano*. México: CEPAL/Siglo XXI editores.

SAID, Edward W. (1995), *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

SAID, Edward W. (2007), *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Editora Cortez.

\_\_\_\_\_. (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências,” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63(2): 237-280.

\_\_\_\_\_. (2006), “Cinco modos de produção da não existência, cinco ecologias”, in *A Gramática do Tempo*. Porto: Afrontamento.

\_\_\_\_\_. (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 8(64): 23-40.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (2010), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.

SARTRE, Jean-Paul. (2005), “Prefácio”. Em: FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

SILVA, Marco Antonio de Meneses, (2005), “Teoria Crítica em Relações Internacionais”. *Contexto Internacional*. 27(02): 249-282.

SMITH, Steve. (2000), “The Discipline of International Relations: Still an American Social Science?” *British Journal of Politics and International Relations*, 02(03): 374-402.

SMITH, Karen (2008), “*Has Africa got anything to say? African contributions to the theoretical development of International Relations: a preliminary investigation*”. Paper presented at the International Studies Association, 26-29 march. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/socialsciences/bisa-africa/workshop/ksmith.pdf>. Acessado em 25/04/2010.

STIGLITZ, Joseph E. (2013), *The price of inequality*. New York: W.W. Norton & Company.

TICKNER, Arlene, (2003), “Seeing IR Differently: Notes from the Third World”. *International Relations – Students Perspectives*, 2(11): 73-88.

TICKNER, Joan Ann; Sjöberg, Laura, (2007), “Feminism”. In: DUNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2004), “Perspectivismo e multiculturalismo na América”. *O que nos faz pensar*, 18(3): 225:254.

**Recebido em: 16/08/2014. Aceito em: 20/04/2015.**